

AGENTE TRIBUTÁRIO

Escreva seu nome e número de inscrição de forma legível nos locais indicados:

Nome do(a) Candidato(a)

Nº de inscrição

Este caderno de questões está assim constituído:

DISCIPLINAS	Nº QUESTÕES
Língua Portuguesa	6
Matemática	6
Legislação	8
Conhecimentos Específicos	30
Total de questões	50

INSTRUÇÕES:

- Confira devidamente o material (CARTÃO DE RESPOSTAS e CADERNO DE QUESTÕES); se houver falha, solicite a presença do fiscal.
- Confira seus dados no CARTÃO DE RESPOSTAS: NOME, Nº da INSCRIÇÃO e CARGO. ASSINE no espaço indicado na frente do cartão.
- O CARTÃO DE RESPOSTAS deverá ser preenchido a caneta esferográfica, azul ou preta, ponta grossa, sem rasuras e apenas uma **ÚNICA** alternativa poderá ser marcada em cada questão.
- Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha. É vedada a substituição do CARTÃO DE RESPOSTAS decorrente de erro cometido por candidato.
- Durante a prova, não é permitida a comunicação entre candidatos nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
- Se o CARTÃO DE RESPOSTAS contiver maior número de questões, preencha apenas as correspondentes à sua prova; as demais ficam em branco.
- O tempo de duração da prova será de **até 4 horas**. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após uma hora contada do seu efetivo início e somente poderá levar consigo o caderno de provas uma hora antes do horário do término da prova.
- Ao final dos trabalhos, **DEVOLVA** ao Fiscal da sala o CARTÃO DE RESPOSTAS devidamente preenchido e assinado.
- Os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes, quando, então, poderão retirar-se do local simultaneamente, após concluído.
- Direitos autorais reservados à Objetiva Concursos Ltda. Proibida a reprodução, ainda que parcial, sem autorização prévia.
- A parte destacável no final desta capa, que serve para copiar as suas respostas, somente poderá ser destacada no ato da entrega do material na mesa do fiscal.

✂..... (dobre e destaque esta parte para copiar suas respostas)

01	<input type="checkbox"/>	02	<input type="checkbox"/>	03	<input type="checkbox"/>	04	<input type="checkbox"/>	05	<input type="checkbox"/>	06	<input type="checkbox"/>	07	<input type="checkbox"/>	08	<input type="checkbox"/>	09	<input type="checkbox"/>	10	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	12	<input type="checkbox"/>	13	<input type="checkbox"/>	14	<input type="checkbox"/>	15	<input type="checkbox"/>	16	<input type="checkbox"/>	17	<input type="checkbox"/>	18	<input type="checkbox"/>	19	<input type="checkbox"/>	20	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	22	<input type="checkbox"/>	23	<input type="checkbox"/>	24	<input type="checkbox"/>	25	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	42	<input type="checkbox"/>	43	<input type="checkbox"/>	44	<input type="checkbox"/>	45	<input type="checkbox"/>	46	<input type="checkbox"/>	47	<input type="checkbox"/>	48	<input type="checkbox"/>	49	<input type="checkbox"/>	50	<input type="checkbox"/>

LÍNGUA PORTUGUESA

Uma empresa brasileira que assinou contrato no exterior para financiar a importação de equipamento industrial terá de se submeter à legislação do país onde o contrato foi firmado. Seguindo a jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Quarta Turma negou o pedido da Martiaço Indústria e Comércio de Artefatos Metálicos para que fosse aplicado ao caso o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

O recurso julgado é da Martiaço e três de seus sócios contra o banco norte-americano Eximbank, que garantiu o financiamento da importação. O relator, ministro Antonio Carlos Ferreira, afastou a alegação da empresa de que deveria ser aplicada a legislação brasileira, ainda que o contrato tenha sido celebrado nos Estados Unidos.

Segundo a empresa, o artigo 9º, parágrafo 2º da Lei de Introdução ao Código Civil estabelece que _____ as leis do país onde _____ a obrigação, e esta teria sido constituída no local de residência do proponente, que é o Brasil.

O ministro destacou que o contrato foi celebrado no exterior e lá deveria ser cumprido. Como não há no processo esclarecimento sobre onde e como foram realizadas as tratativas iniciais, _____ que o local da proposta também tenha sido o país estrangeiro. Por isso, deve ser aplicada a legislação estrangeira.

<http://www.direitonet.com.br/...> - adaptado.

1) Assinalar a alternativa que preenche as lacunas do texto CORRETAMENTE:

- a) aplicam-se - constituiu-se - presume-se
- b) se aplicam - se constituiu - presume-se
- c) se aplicam - se constituiu - se presume
- d) aplicam-se - constituiu-se - se presume

2) Em conformidade com o texto, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () O caso citado é da empresa Martiaço e três de seus sócios, que teve seu recurso julgado.
- () No caso de uma empresa brasileira ter assinado contrato com empresa estrangeira para financiamento da importação, cujo contrato tenha sido feito e assinado no exterior, é necessário que a empresa brasileira submeta-se à legislação do país onde tenha sido firmado o contrato.

- a) E - E.
- b) C - C.
- c) E - C.
- d) C - E.

3) No período “Relatora do recurso, a ministra Nancy Andrighi manteve o entendimento do tribunal estadual.”, o sublinhado classifica-se sintaticamente como:

- a) Objeto indireto.
- b) Objeto direto.
- c) Aposto.
- d) Vocativo.

4) Em relação à colocação pronominal, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Ênclise será empregada nas orações subordinadas.
- b) Ênclise será empregada com o gerúndio precedido da preposição “em”.
- c) Próclise será empregada com verbos em início de período.
- d) Próclise ocorre em orações que contenham uma palavra ou expressão de valor negativo.

5) Em relação ao emprego do sinal de pontuação denominado vírgula, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Não é permitida para isolar as orações subordinadas adjetivas explicativas.
- b) É empregada para separar as orações coordenadas sindéticas, exceto as iniciadas pela conjunção “e”.
- c) É permitida entre o verbo e seus complementos, assim como entre o sujeito e o predicado.
- d) Não é permitida para separar as orações coordenadas assindéticas.

6) Assinalar a alternativa CORRETA quanto à regência:

- a) Urgência social refere-se a questões graves que se apresentam como obstáculos para a concretização da plena cidadania.
- b) Abrangência nacional corresponde à questões pertinentes ao todo o País.
- c) Favorecer à compreensão da realidade e a participação social são temas que possibilitam uma visão ampla e consistente da realidade brasileira.
- d) Por isso, não se deve obedecer tudo que se ouve e tudo que se lê.

MATEMÁTICA

RASCUNHO

7) Antônio aplicou um capital à taxa de juros simples de 2,8% ao mês que rendeu R\$ 7.840,00 de juros em um quadrimestre. Qual foi o capital aplicado?

- a) R\$ 70.000,00
- b) R\$ 70.100,00
- c) R\$ 69.900,00
- d) R\$ 69.800,00

8) Em determinado concurso público, a nota de André está para a nota de José, assim como 21 está para 19. Sabendo-se que a soma das duas notas totalizam 160 pontos, analisar os itens abaixo:

I - A nota de André é 65 e a nota de José é 95.

II - A nota de José é 76.

III - A diferença entre a nota de André e a nota de José é de 8 pontos.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente os itens I e II.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

9) Quatro capinadores levam 18 dias para capinar um terreno de 4 metros de comprimento. Considerando-se a mesma proporção, em quantos dias seis capinadores capinarão um terreno de 8 metros de comprimento?

- a) 26
- b) 28
- c) 24
- d) 22

10) Determinada companhia de serviços de Internet, através da central de relacionamento com o cliente, verificou que no primeiro dia de funcionamento da central foram recebidas 4 ligações e 7 no segundo dia, formando-se assim uma progressão aritmética. Ao final do 25º dia, quantas ligações já haviam sido recebidas desde o primeiro dia de funcionamento da central?

- a) 994
- b) 997
- c) 1.003
- d) 1.000

11) Determinada indústria de automóveis está formando uma comissão para representar a empresa em Brasília, com o objetivo de arrecadar maiores investimentos para esse setor. Sabendo-se que a comissão deverá ser composta por 4 mulheres e 3 homens, e que se inscreveram para representar a empresa 10 mulheres e 15 homens, quantas comissões diferentes poderão ser formadas?

- a) 1.365
- b) 95.550
- c) 12.749
- d) 56.500

12) Em determinado concurso público, 8 candidatos obtiveram a mesma nota. Em conformidade com o edital, deverá ser realizado sorteio para que se tenha uma classificação sem colocações repetidas. Sabendo-se que os números de inscrições dos candidatos que obtiveram a mesma nota eram 38, 59, 65, 75, 80, 93, 98 e 104, qual a probabilidade de sortear ao acaso uma dessas inscrições e o primeiro colocado ser o candidato de inscrição número 59 ou de número maior que 95?

- a) 28%
- b) 33,3%
- c) 37,5%
- d) 42%

RASCUNHO

LEGISLAÇÃO

Atenção! Nas questões de legislação, serão consideradas as leis e suas alterações até a data do início das inscrições deste concurso.

13) De acordo com a Constituição Federal, a República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - A soberania.
- II - Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- III - O pluralismo político.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens I e II.
- d) Todos os itens.

14) De acordo com a Constituição Federal, compete aos Municípios:

- I - Suplementar a legislação estadual no que couber, mas nunca a legislação federal.
- II - Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- III - Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

15) De acordo com a Constituição Federal, é CORRETO afirmar que:

- a) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- b) Compete aos Municípios instituir impostos sobre Transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, bem como os de garantia e cessão de direitos a sua aquisição.
- c) É obrigatório ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de 1/3 e aprovada pela maioria absoluta de seus membros.
- d) Pertencem ao Município o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

16) Em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, é CORRETO afirmar que:

- a) Será permitida às escolas públicas a cobrança de taxas, ou contribuições a qualquer título.
- b) O Município fiscalizará as escolas maternas, creches, pré-escolas, academias e similares, que serão reguladas por lei e aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação e Cultura quanto à habilitação profissional e à infraestrutura funcional do prédio.
- c) O Município incentivará as empresas a proporcionar Ensino Superior gratuito a seus funcionários, através de uma estrutura adequada e integrada à rede pública, em conformidade com a lei.
- d) Na área rural, para cada grupo de escolas de Ensino Fundamental Incompleto, haverá três escolas centrais de Ensino Fundamental Completo que assegurem número de vagas suficientes para absorver os alunos da área.

17) De acordo com a Lei Orgânica Municipal, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor terá como base os princípios:

- I - Integrar-se a programas municipais de defesa do consumidor, excetuando-se os de nível federal.
- II - Estimular e incentivar o cooperativismo e outras formas associativas de consumo.
- III - Propiciar meios que possibilitem ao consumidor o exercício do direito à escolha e à defesa de seus interesses econômicos, bem como à sua segurança e à sua saúde.
- IV - Sempre e em qualquer hipótese prestar atendimento e orientação ao consumidor.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e IV.
- b) Somente os itens II e III.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Todos os itens.

18) De acordo com a Lei Complementar nº 3.673/91, é CORRETO afirmar que:

- a) O servidor somente poderá ser posto à disposição de outra entidade governamental ou de Administração Indireta e Fundacional do Município, a pedido do titular respectivo, para exercer cargo de confiança ou missão determinada, por prazo certo, mediante concordância do servidor.
- b) Qualquer servidor poderá ser posto à disposição ou, de qualquer forma, ter exercício em repartição diversa daquela em que estiver lotado, salvo nos casos previstos neste Estatuto ou mediante prévia autorização do Prefeito, formalizada em Portaria.
- c) A posse ocorrerá no prazo de 20 dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30, a requerimento do interessado.
- d) A nomeação para cargo isolado ou de carreira independe de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

19) De acordo com a Lei Complementar nº 3.673/91, analisar a sentença abaixo:

A prestação de serviço extraordinário somente poderá ocorrer por expressa determinação da autoridade competente, mediante autorização do Diretor do servidor, ou a requerimento, pelo Prefeito (1ª parte). O serviço extraordinário poderá ser realizado sob a forma de plantões para assegurar o funcionamento dos serviços municipais (2ª parte).

A sentença está:

- a) Totalmente correta.
- b) Correta somente em sua 1ª parte.
- c) Correta somente em sua 2ª parte.
- d) Totalmente incorreta.

20) De acordo com a Lei Complementar nº 3.673/91, é CORRETO afirmar que:

- a) É facultado ao servidor gozar por ano 30 dias de férias, de acordo com a escala que for encaminhada pela chefia imediata.
- b) Para o pessoal docente e especialista de educação, em exercício nas unidades escolares da rede municipal de ensino, o período de férias será de 120 dias, durante as férias escolares, devendo ser fixado em calendário mensal, de forma a atender às necessidades didáticas e administrativas do estabelecimento, desde que cumprido o calendário escolar.
- c) É facultado o gozo de férias em três períodos de 15 dias, desde que não prejudique o serviço.
- d) O servidor que exerça cargo em comissão ou função gratificada não será incluído na escala de férias, devendo ser determinada em entendimento com a autoridade a que estiver subordinado à época em que deverá gozá-las.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Atenção! Nas questões de legislação, serão consideradas as leis e suas alterações até a data do início das inscrições deste concurso.

21) Em relação às disposições penais previstas na Lei nº 8.429/92, analisar os itens abaixo:

I - A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos somente se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, sem direito à remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

II - Constitui crime, sujeito à pena de detenção e multa, a representação por ato de improbidade contra agente público, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

- a) Os itens I e II estão corretos.
 - b) Somente o item I está correto.
 - c) Somente o item II está correto.
 - d) Os itens I e II estão incorretos.
-

22) Em conformidade com a Lei nº 8.429/92, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Os agentes públicos de qualquer nível ou hierarquia são obrigados a velar pela estrita observância dos princípios de legalidade, pessoalidade, parcialidade e sigilo no trato dos assuntos que lhe são afetos.
- () No caso de enriquecimento ilícito, a perda dos bens ou valores acrescidos ao patrimônio atinge apenas o agente público; não é extensiva a terceiro beneficiário.
- () Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito receber, indiretamente, vantagem econômica para omitir providência a que esteja obrigado.

- a) C - C - E.
 - b) E - E - C.
 - c) C - E - C.
 - d) E - C - E.
-

23) A Lei nº 8.429/92 prevê que as ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na lei para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo, podem ser propostas:

- a) Dentro do prazo prescricional previsto em lei específica.
 - b) Até cinco anos após a ocorrência da falta.
 - c) Até dez anos após a ocorrência da falta.
 - d) A qualquer tempo.
-

24) De acordo com a Lei nº 12.527/11, é CORRETO afirmar que:

- a) Não poderá ser permitido o acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais.
 - b) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso à informação disponível no prazo de 40 dias.
 - c) No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, deverá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 15 dias a contar da sua ciência.
 - d) Negado o acesso à informação pelos órgãos ou entidades do Poder Executivo Federal, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, que deliberará no prazo de cinco dias se o acesso à informação não classificada como sigilosa for negado.
-

25) Em conformidade com a Lei Complementar nº 101/00, é CORRETO afirmar que:

- a) A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas poderá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.
 - b) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 15% no primeiro.
 - c) O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.
 - d) É permitida a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da Administração Indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.
-

26) De acordo com a Lei nº 8.137/90, constitui crime funcional contra a ordem tributária exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida, tendo pena de reclusão de:

- a) 3 a 8 anos, e multa.
- b) 4 a 9 anos.
- c) 2 a 10 anos, e multa.
- d) 5 a 7 anos, ou multa.

27) De acordo com a Lei nº 8.137/90, constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as condutas, EXCETO:

- a) Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias.
- b) Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.
- c) Falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.
- d) Fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada.

28) De acordo com a Lei nº 6.830/80, com relação à ordem seguida no caso de penhora ou arresto de bens, assinalar a alternativa CORRETA:

- a) Pedras e metais preciosos, veículos, e imóveis.
- b) Dinheiro, título de crédito que tenham cotação em bolsa, e pedras e metais preciosos.
- c) Imóveis, navios e aeronaves, e veículos e móveis.
- d) Dinheiro, veículos e móveis, e os direitos e as ações.

29) Em conformidade com a Lei nº 6.830/80, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Contrariamente à dívida ativa de natureza tributária, a não tributária abrange atualização monetária, juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
 - () À dívida ativa da Fazenda Pública, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial.
 - () Qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às respectivas autarquias, será considerado dívida ativa da Fazenda Pública.
- a) C - E - E.
 - b) E - C - C.
 - c) C - E - C.
 - d) E - C - E.

30) O Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06. Sobre essa norma, analisar os itens abaixo:

- I - A previsão é de tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte.
- II - Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado a pessoa jurídica de cujo capital participe outra pessoa jurídica.
- III - A empresa favorecida por este regime fica sujeita à fiscalização da atividade pela Secretaria Municipal da Fazenda, através dos agentes tributários municipais.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens II e III.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Todos os itens.

31) Em conformidade com a Lei Complementar nº 116/03, sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Incide sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
 - () Não incide sobre os serviços desenvolvidos no Brasil, cujo resultado aqui se verifique, desde que o pagamento seja feito por residente no exterior.
 - () Ressalvadas as exceções expressas, os serviços listados nesta Lei não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.
- a) C - E - E.
 - b) E - C - C.
 - c) C - E - C.
 - d) E - C - E.

32) Conforme previsto na Lei Complementar nº 116/03, na execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, o ISS será devido no local do(a):

- a) Estabelecimento prestador.
- b) Domicílio do prestador.
- c) Estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço.
- d) Execução da obra.

33) Em relação à interpretação e integração da legislação tributária, conforme previsto no Código Tributário Nacional, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas e, sobretudo, para definição dos respectivos efeitos tributários.
- () Na ausência de disposição expressa, e observada a ordem de precedência indicada nesta Lei, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária poderá utilizar a equidade, cujo emprego resultará na dispensa do pagamento de tributo devido.
- () Na ausência de disposição expressa, e observada a ordem de precedência indicada nesta Lei, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária poderá utilizar a analogia, cujo emprego não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

- a) C - C - E.
- b) E - E - C.
- c) C - E - C.
- d) E - C - E.

34) Conforme previsto no Código Tributário Nacional, analisar os itens abaixo:

- I - Quando a legislação tributária não fixar o tempo do pagamento, o vencimento do crédito ocorre 15 dias depois da data em que se considera o sujeito passivo notificado do lançamento.
- II - Os prazos fixados nesta Lei ou legislação tributária serão contínuos, incluindo-se na sua contagem o dia de início e o de vencimento.
- III - Os prazos fixados nesta Lei ou legislação tributária somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item III.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Somente os itens II e III.

35) De acordo com o Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

- a) O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.
- b) O crédito tributário decorre da obrigação acessória e tem a mesma natureza desta.
- c) Compete à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento penal tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito ativo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.
- d) Extinguem a exigibilidade do crédito tributário a moratória, o depósito do seu montante integral e as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.

36) De acordo com o Código Tributário Nacional, é CORRETO afirmar que:

- a) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções e aos que, mesmo sem essa qualificação, sejam praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
- b) A isenção nunca decorrerá de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.
- c) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
- d) Contestado o crédito tributário, o juiz remeterá as partes ao processo competente, mandando reservar bens suficientes à suspensão total do crédito.

37) Para os efeitos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), conforme o Código Tributário Nacional, analisar os itens abaixo:

- I - É de competência dos Municípios.
- II - A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, e o contribuinte do imposto é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.
- III - A zona urbana será definida em lei municipal, observando-se o requisito mínimo da existência de pelo menos quatro dos seguintes melhoramentos, construídos e mantidos pelo Poder Público: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; sistema de esgotos sanitários; rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de três quilômetros do imóvel considerado.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e II.
- d) Somente os itens II e III.

38) De acordo com o Código Tributário Municipal, é CORRETO afirmar que a(s):

- a) Contribuição de Melhoria não incide sobre a propriedade imobiliária, arrecadada dos proprietários de imóveis beneficiados por obras públicas realizadas pelo Município.
- b) Pessoas físicas ou jurídicas sujeitas a tributos municipais facilitarão a fiscalização, por todos os meios a seu alcance, ficando especialmente obrigados a conservar durante cinco exercícios completos e apresentar, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo, refira-se a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributária que sirva de comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais.
- c) Autoridade administrativa deve, a seu juízo, nas condições e sob as garantias que estipular, autorizar a compensação de créditos tributários líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Municipal.
- d) Imunidade condicionada será reconhecida mediante requerimento, comprovada a condição da pessoa, sem a necessidade de comprovar seu patrimônio ou seus serviços.

39) Em conformidade com o Código Tributário Municipal, desde que cumpridas as exigências da legislação, ficam isentos(as) do ISS os(as):

- I - Atividades ambulantes exercidas ou instaladas em tendas ou estandes.
- II - Serviços prestados por micro e pequenas empresas.
- III - Promoções de espetáculos de diversões públicas efetivadas por entidades esportivas, culturais, recreativas, religiosas, de assistência social, educacional, sindicais e classistas, legalmente organizadas.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item III.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Somente os itens II e III.

40) De acordo com o Código Tributário Municipal, é INCORRETO afirmar que:

- a) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo final fixado em lei, regulamento ou decisão final proferida em processo regular para o seu pagamento.
- b) Constitui infração fiscal toda ação ou omissão que importe em inobservância, por parte do contribuinte, responsável ou terceiro, das normas estabelecidas na legislação tributária.
- c) A responsabilidade por infração é excluída pela sua denúncia espontânea, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos acréscimos cabíveis ou depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa quando o montante do tributo dependa de apuração.
- d) A responsabilidade por infração da legislação tributária, salvo exceções previstas, dependerá da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

41) De acordo com o Código Tributário Municipal, são impostos de competência do Município:

- I - Sobre Transmissão *inter vivos*, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos.
- II - Sobre Serviços de Qualquer Natureza.
- III - Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens I e III.
- c) Somente os itens II e III.
- d) Todos os itens.

42) De acordo com o Código Tributário Municipal, as taxas de licença são devidas pelo exercício regular do Poder de Polícia administrativa do Município. São consideradas taxas de licença:

- I - Localização de estabelecimento de qualquer natureza.
- II - Fiscalização de funcionamento de estabelecimento de qualquer natureza.
- III - Execução de obras ou serviços de engenharia.
- IV - Ocupação de áreas em vias e logradouros públicos.

Estão CORRETOS:

- a) Somente os itens I e II.
- b) Somente os itens II e III.
- c) Somente os itens I e IV.
- d) Todos os itens.

43) Em relação ao Sistema Tributário Municipal, marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () O ISS quando “por homologação” tem como formato o próprio sujeito passivo, a cada fato gerador calcular o montante do tributo devido e antecipar o pagamento, sem prévio exame da autoridade administrativa, cabendo a esta verificar a correção do procedimento.
- () O ISS está sujeito ao Princípio da Legalidade e não está sujeito ao Princípio da Anterioridade, tendo em vista sua finalidade.
- () O ISS tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista prevista em lei própria, ainda que esses serviços não se constituam como atividade preponderante do prestador.

- a) C - C - C.
- b) E - E - C.
- c) C - E - C.
- d) E - C - E.

44) Sob o enfoque orçamentário, pertencem ao exercício financeiro:

- a) Receitas nele planejadas e despesas nele legalmente liquidadas.
- b) Receitas nele arrecadadas e despesas nele legalmente planejadas.
- c) Receitas nele arrecadadas e despesas nele legalmente empenhadas.
- d) Receitas nele orçadas e despesas nele legalmente orçadas.

45) Considerando-se as demonstrações contábeis, numerar a 2ª coluna de acordo com a 1ª e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- (1) Demonstração das Variações Patrimoniais.
- (2) Balanço Patrimonial.
- (3) Balanço Orçamentário.

- () Demonstra receitas e despesas públicas, apresentando valores previstos em confronto com os efetivamente realizados.
- () Seu saldo é representado pela diferença entre o Ativo e o Passivo, indicando o Patrimônio Líquido.
- () Apresenta as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício financeiro.

- a) 1 - 2 - 3.
- b) 2 - 1 - 3.
- c) 2 - 3 - 1.
- d) 3 - 2 - 1.

46) Marcar C para as afirmativas Certas, E para as Erradas e, após, assinalar a alternativa que apresenta a sequência CORRETA:

- () A Lei de Diretrizes Orçamentárias é um plano de médio prazo, com o objetivo de ordenar as ações do governo.
- () O Plano Plurianual é responsável por elaborar o orçamento fiscal de investimentos e da seguridade social.
- () Na Lei do Orçamento Anual, são programadas as ações a serem executadas, visando atingir os objetivos determinados.

- a) C - C - E.
- b) E - E - C.
- c) C - E - C.
- d) E - C - C.

47) São contas da Demonstração do Resultado (DRE) que pertencem ao grupo de Despesas Operacionais:

- a) Despesas com publicidade e ICMS sobre vendas.
- b) Despesas administrativas e mão de obra na produção.
- c) Despesas financeiras e despesas administrativas.
- d) Despesas com comissão de vendas e devolução de vendas.

48) O auditor deve assegurar padrões de qualidade no exercício da profissão. Existe um guia de orientação sobre auditoria internacional que define os princípios básicos que regem uma auditoria. Esse guia diz que, quando o auditor delega trabalho a assistentes ou a outros auditores, deve dirigir, supervisionar e revisar esse trabalho. Quando o auditor informa os assistentes ou outros auditores sobre suas responsabilidades e os objetivos dos procedimentos que devem aplicar, ele está:

- a) Dirigindo.
- b) Supervisionando.
- c) Delegando.
- d) Revisando.

49) No teste de superavaliação, o auditor busca detectar a superavaliação de débitos, partindo da razão geral e chegando no documento de suporte da transação. É um dos procedimentos básicos do teste de superavaliação:

- a) Selecionar a parcela do registro intermediário e conferir seu valor com o valor total do registro inicial.
- b) Verificar a inclusão do valor total do registro final no razão geral.
- c) Verificar a inclusão do valor total do registro inicial no registro intermediário.
- d) Verificar a inclusão do valor do documento no registro inicial.

50) Resultados de pesquisas realizadas sobre fraudes nas empresas apontam que esse é um problema comum e crescente a todas elas, decorrente do enfraquecimento de valores éticos, morais, sociais e, principalmente, da ineficiência dos sistemas de controles internos. Quando um funcionário apossa-se de um bem da empresa e não altera os registros contábeis, está-se diante de um desfalque:

- a) Permanente.
- b) Temporário.
- c) Transitado.
- d) Contabilizado.